**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

**CONSULTA PÚBLICA N° 23/2019 (de 28/10/2019 a 11/11/2019)**

**NOME/RAZÃO SOCIAL: ABIOVE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS**

|  |  |
| --- | --- |
|  ( ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário |  (x) representante órgão de classe ou associação ( ) representante de instituição governamental ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor |
| Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de Créditos de Descarbonização, de que trata o art. 14 da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e altera a Resolução ANP nº 758, de 23 de novembro de 2018. |
| **ARTIGO DA MINUTA** | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | **JUSTIFICATIVA** |
| **2°, inciso IV** | Art. 2º Para os fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições: (...)IV - lastro para emissão de CBio: ~~informações necessárias para emissão CBIO~~ operação de comercialização de biocombustíveis, representada pela respectiva emissão de Nota Fiscal, de acordo com o art. 14 da Lei 13.576, de 2017; e | Compatibilização da definição regulamentar com o conceito e esquadro legal:O artigo 14 da Lei Federal nº 13.576/2017 estabelece como lastro para emissão dos Créditos de Descarbonização (CBIOs) a emissão da Nota Fiscal representativa de operação de comercialização de biocombustível. A Lei não prevê outro requisito ou condição adicional para a formação do lastro.A Lei, portanto, é clara quanto à formação do lastro, que corresponde à realização de operação de venda e compra de biocombustível, representada pela emissão da Nota Fiscal correspondente, por emissor primário regularmente (assim entendido, o produtor de biocombustíveis devidamente certificado, isto é portador de Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis regularmente emitido por firma inspetora – artigo 5º, VII da Lei Federal nº 13.576/2017 e artigo 3º, VII da Resolução ANP nº 758/2018).Regulamentação a ser emitida pela ANP deverá observar o esquadro legal estabelecido pela Lei Federal nº 13.576/2017, principalmente quanto ao requisito legal estabelecido para a formação do lastro dos CBios, visando preservar os limites do poder regulamentador. |
| **3º** | CAPÍTULO II~~DA GERAÇÃO DE~~DO LASTRO PARA EMISSÃO DE CBIOsArt. 3º As informações necessárias para a emissão dos CBIOs, de que trata o art. 1º, serão geradas através da Plataforma CBIO, mediante pagamento pelo emissor primário do serviço de geração de informações de lastro para emissão de CBIO, por nota fiscal eletrônica analisada, definido no art. 5º, VII, da Lei nº 13.576, de 2017. | Alteração para compatibilizar o texto ao conceito de lastro previsto em Lei.Observância do momento de formação do lastro para emissão de CBIO, conforme definido em Lei:O artigo 14 da Lei Federal nº 13.576/2017 é claro ao estabelecer o momento de formação do lastro, sendo este constituído na realização da operação de venda e compra de biocombustível, representada pela emissão da Nota Fiscal correspondente, por emissor primário (assim entendido, o produtor de biocombustíveis devidamente certificado, isto é portador de Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis regularmente emitido por firma inspetora – artigo 5º, VII da Lei Federal nº 13.576/2017 e artigo 3º, VII da Resolução ANP nº 758/2018).A Lei não prevê outro requisito ou condição adicional para a formação do lastro, salvo a observância pelo emissor primário do prazo decadencial para solicitação de emissão do CBIO (momento posterior à formação do lastro, pela realização da operação de venda de biocombustíveis), previsto no artigo 13, §2º da Lei Federal nº 13.576/2017.Uma vez formado o lastro quando da operação de venda de biocombustíveis e solicitada a emissão de CBIO pelo emissor primário (via inserção de informações do lastro na Plataforma CBIO), respeitando-se o prazo decadencial do artigo 13, §2º da Lei Federal nº 13.576/2017, cabe ao processo de escrituração, ou à ANP e órgãos de controle, via Plataforma CBIO, a função de verificar (e não gerar/constituir) o lastro previamente constituído, visando instruir a emissão final de CBIO.Importante que os momentos e funções de cada fase do processo de emissão do CBIO estejam claros, visando conceder a necessária segurança jurídica aos agentes participantes do mercado. Nessa sistemática, e respeitados os preceitos da Lei Federal nº 13.576/2019, a sugestão de criação da Plataforma CBIO funcionaria como ambiente eletrônico de gestão e compartilhamento de informações de lastro pelo emissor primário, órgãos de controle e escrituradores, visando sua verificação e consequente registro, necessários à emissão do CBIO em mercado.Assim, propõe-se o ajuste do artigo 3º, *caput*, da Minuta de Resolução, de modo a deixar claro que o serviço a ser prestado pela Plataforma CBIO visa gerir as informações do lastro (e, não, a gerar o lastro em si, sendo certo que este já está formado quando da emissão Nota Fiscal representativa de operação comercial de venda de biocombustíveis).A proposta de alteração tem como objetivo salvaguardar os preceitos legais, em especiais o momento de formação do lastro dos CBIOs, definido no artigo 14 da Lei Federal nº 13.576/2019. |
| **4º** | Art. 4º Para ~~geração~~ verificação de lastro de emissão de CBIO, o emissor primário deverá solicitar a ~~escrituração~~ emissão dos CBIOs, via pedido de escrituração através da Plataforma CBIO, dentro do prazo de sessenta dias da data da emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) que comprove a comercialização do biocombustível por ele produzido ou importado.§1º O lastro de emissão de CBIOs é a operação de comercialização de biocombustíveis, representada na respectiva emissão de Nota Fiscal, nos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 13.576/2017.§2º Os produtores e importadores de biocombustíveis certificados antes de 24 de dezembro de 2019 poderão solicitar a emissão de CBIOs lastreados em operações de venda de biocombustíveis realizadas antes de 24 de dezembro de 2019, observado o prazo decadencial de solicitação de emissão previsto no artigo 13, §2º, da Lei Federal nº 13.576/2017.§3º Até o efetivo funcionamento da Plataforma CBIO, a solicitação de emissão de CBIOs prevista no parágrafo anterior poderá ser realizada através de protocolo perante a ANP das notas fiscais correspondentes às operações de venda de biocombustíveis realizadas antes de 24 de dezembro de 2019. | Alteração para compatibilizar o texto com o conceito de lastro dos CBIOs previsto em Lei e resguardar direito adquirido. Observância do momento de formação do lastro para emissão de CBIO, conforme definido em Lei, e resguardo de direito adquirido dos emissores primários à solicitação de emissão de CBIO, com base em lastros já formados (observado o prazo decandencial de sessenta dias):A alteração do *caput* do artigo 4º da Minuta de Resolução, bem como a proposta de inclusão de §1º ao artigo visa adequar ao momento de formação do lastro definido em Lei, conforme fundamentação exposta no item anterior, compatibilizando a função da Plataforma CBIO em viabilizar a verificação do lastro dos CBIOs, já previamente constituído quando da emissão de Nota Fiscal pelo emissor primário.Ainda em relação a alteração do *caput* do artigo 4º da Minuta de Resolução, recomenda-se substituir a expressão “solicitar a escrituração” por “solicitar a emissão dos CBIOs”, haja vista que não há na Lei previsão do ato de “solicitação de escrituração” no processo de emissão de CBIO, sim e apenas, a solicitação de emissão de CBIO pelo emissor primário, como condição à emissão de CBIO (art. 13 Lei Federal nº 13.576/2017).De acordo com a Lei nº 13.576/2017, portanto, para que possa emitir CBios, o produtor/importador de biocombustíveis deverá (i) se habilitar como “emissor primário”, com a devida certificação por firma inspetora (art. 5, inciso VII); (ii) solicitar, na qualidade de emissor primário já devidamente certificado, a emissão de CBios (artigo 13, *caput*), dentro do prazo decadencial de sessenta dias (artigo 13, § 2º) mediante constituição de lastro a partir de emissão de Nota Fiscal representativa de operação de venda de biocombustível (artigo artigo 14); e (iii) escriturar o CBIO junto a escriturador responsável (artigos 13, 16 e 17).Portanto, devidamente certificado, o produtor/importador de biocombustíveis, então habilitado como “emissor primário”, tem o direito adquirido de solicitar a emissão de CBIOs, a qual deverá observar o prazo decadencial de sessenta dias, previsto no artigo 13, §2º, da Lei Federal nº 13.576/2017. Salvo este prazo, não há outra condição que restrinja o direito do emissor primário de solicitar a emissão de CBIOs, proporcionalmente ao volume de biocombustível produzido ou importado e comercializado, relativamente à Nota de Eficiência Energético-Ambiental constante do CPEB.Por essa razão e visando resguardar o referido direito adquirido a que têm direito os produtores de biocombustíveis já certificados, portadores de CPEB (“emissores primários”), de solicitar a emissão de CBIOs, com base em lastro formado quando da emissão de Nota Fiscal de venda de biocombustível, propomos a inclusão de dispositivo (parágrafo segundo ao artigo 4º) na Minuta de Resolução, posta sob consulta pública nº 23/2019.Adicionalmente, conforme texto original da Minuta de Resolução, entendemos que a solicitação de emissão de CBIOs, a que têm direito os produtores de biocombustíveis já certificados, portadores de CPEB (“emissores primários”), será realizado via inserção de informações na Plataforma CBIO necessárias à verificação/aferição do lastro, visando consequente escrituração. Dessa forma, até que a Plataforma CBIO esteja em pleno funcionamento, sugerimos, por fim, a inclusão de dispositivo, de caráter transitório, que permita o exercício do direito adquirido dos emissores primários a solicitar a emissão de CBIOs, via protocolo perante a ANP.Tais propostas de alteração estão em linha com os princípios jurídicos gerais e específicos que informam a RenovaBio, em especial da: a) previsibilidade para participação dos biocombustíveis e incremento da contribuição de biocombustíveis na matriz energética brasileira, previstos nos artigos 1º, III e IV e 3º, I e IV da Lei Federal nº 13.576/2017; b) fomento à iniciativa privada e livre concorrência no âmbito do mercado de CBios que a Lei visa criar (artigo 170 e 174 da Constituição Federal e artigo 2º da Lei Federal nº 13.576/2017); e c) da isonomia (artigo 5º da Constituição Federal) para garantir tratamento distinto aos desiguais, considerando os esforços dos produtores e importadores de biocombustíveis privados que se empenharam em se diferenciar de demais concorrentes para se habilitarem como emissores primários, sendo precursores no mercado de CBios. |
| **5º, inciso I, alínea “e” e inciso II** | Art. 5º As seguintes condições serão consideradas para a ~~geração~~ verificação de lastro para emissão de CBIOs: (...)e) não ter sido objeto de solicitação anterior de emissão ~~de lastro~~ de CBIO;(...)II - a solicitação da emissão ~~de lastro~~ de CBIO deverá ocorrer após quinze dias e até sessenta dias da data de emissão da nota fiscal de venda do biocombustível pelo emissor primário; | Alteração para compatibilizar o texto com o conceito de lastro dos CBIOs previsto em Lei. Observância do momento de formação do lastro para emissão de CBIO, conforme definido em Lei:Conforme explicitado nos itens anteriores, a Lei Federal nº 13.576/2017 (artigo 14) estabelece claramente o momento de formação do lastro do CBIO, qual seja a realização da operação de venda e compra de biocombustível, representada na emissão da Nota Fiscal correspondente, por emissor primário.As alterações propostas visam adequar o texto ao momento de formação do lastro, conforme previsto em Lei, atribuindo à Plataforma CBIO e/ou ao processo de escrituração, a função verificadora do lastro.Além disso, a Lei Federal nº 13.576/2017 não prevê o ato de “emissão de lastro de CBIO”, e sim, apenas o direito de solicitação de emissão do CBIO (artigo 13, caput) a que tem direito o emissor primário. Por essa razão, também propomos a alteração do inciso II do artigo 5º, para conformá-lo às expressões legais. |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *conspub\_qualidade@anp.gov.br*, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.